



PASTORAL DA CRIANÇA

Para que todas as crianças tenham vida e a tenham em abundância (Jo 10,10)

Entrevista com Maria das Graças Silva Gervásio e João Batista Mota - Participação social e controle social

As conquistas dos direitos nem sempre são tão fáceis, precisa de muita mobilização e participação social. E muitos dos direitos que temos hoje foram sendo garantidos em momentos cruciais na história do Brasil, com um destaque para o momento da promulgação da Constituição Federal, em 1988, e que depois foi sendo regulamentada de acordo com a área. Por exemplo, na área da saúde, aconteceu todo um movimento em torno da reforma sanitária que teve como objetivo às mudanças necessárias nessa área. As discussões dessas propostas têm como marco a 8ª Conferência Nacional de Saúde realizada em 1986 e consolidadas no texto da Constituição Federal, com a universalidade do direito à saúde e criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Mas não precisa apenas dizer que o direito à saúde é universal, é necessário acompanhar se realmente chega para todos e com que qualidade. Daí a importância do controle social, exercido pelos conselhos, que além de reivindicar, contribui na formulação, controle e avaliação da execução da política de saúde. Saiba mais na entrevista com Maria das Graças Silva Gervásio, assistente social, da equipe técnica da coordenação nacional da Pastoral da Criança e com João Batista Mota, coordenador diocesano da Pastoral da Criança da Diocese de Tianguá, Ceará.



ENTREVISTA COM: Maria das Graças Silva Gervásio, assistente social, da equipe técnica da coordenação nacional da Pastoral da Criança

O que é e quais são os mecanismos de participação social?

A participação social é um direito conquistado pela sociedade. É a prática dos sujeitos coletivos da sociedade civil que permitem intervir na gestão

governamental. É importante registrar que essa participação é fruto de muita mobilização popular, que se fortaleceu com o processo de democratização no Brasil e se consolidou com a Constituição de 1988. São muitos os mecanismos de participação social e podem acontecer nas diversas formas de governo, como, por exemplo, através de plebiscito, referendo, iniciativa popular, audiências públicas, ouvidorias, orçamento participativo, entre outros. Um dos mecanismos mais comuns são os conselhos e comitês de políticas públicas, que possibilitam à sociedade civil o acesso à gestão pública e com isso se fortalece os espaços democráticos de garantia de direitos.

O que é Controle Social e como é possível exercê-lo nos dias de hoje?

O controle social é a participação da sociedade na gestão pública com objetivo de fiscalizar e monitorar as ações do poder público. Os conselhos de políticas públicas são importantes canais de participação social, porque são formados com a participação de representantes do poder público e da sociedade, mas também de controle social, porque, além de contribuir na formulação das políticas, têm a função de acompanhar a execução dessas ações.

Nos dias de hoje, há muitos canais de controle social e a sociedade como um todo está mais atenta aos acontecimentos e organização do poder público. Um exemplo é o caso dos recursos destinados à questão da Covid, onde toda a população está acompanhando a aplicação dos recursos também na área da assistência social, mais especificamente relacionado ao auxílio emergencial.

Quais são os espaços de Controle Social que a população pode participar atualmente?

Desde a Constituição Federal de 1988, os espaços de controle social mais consolidados são os conselhos de políticas públicas. Eles acontecem em diferentes áreas, como a saúde, educação, assistência social, segurança alimentar, criança e adolescente, entre outras. Podem ser deliberativos, onde se formula e monitora a política pública, como é o caso dos conselhos de saúde. Podem ser também consultivos, onde suas decisões não são obrigatórias, mas servem de base para a elaboração da política, como é o caso da assistência social e da segurança pública.

Quais são as ferramentas para exercer o Controle Social?

Um das principais ferramentas para exercer o controle social é sem dúvida a participação social, a sociedade civil organizada, mobilizada e preparada para propor políticas e monitorar a sua execução, e, dessa forma, encontrar medidas que cooperem e transformem a comunidade. Outra ferramenta muito importante são os meios de comunicação, como os sites oficiais, a exemplo do Portal da Transparência da Controladoria Geral da União, que possibilita o cidadão conhecer, questionar e atuar, também, como fiscal da aplicação de recursos

públicos. As mídias sociais também são grandes aliadas para o acesso da população às informações.

ENTREVISTA COM: João Batista Mota, coordenador diocesano da Pastoral da Criança da Diocese de Tianguá, Ceará

Com a Covid-19, quais são as prioridades sociais e como podem ser desenvolvidas?

Muitas prioridades sociais são apresentadas, tanto para o governo quanto para a sociedade. Com certeza, a saúde é a principal, porque mesmo com todo o processo de controle social, ainda nos deparamos com situações de descaso no atendimento da população com Covid. Não menos importante, a assistência social também é prioridade. Há que se ter uma política efetiva para além do auxílio emergencial, que agora é necessário, chegando realmente a quem mais precisa, mas há que contemplar uma conexão com as áreas de segurança alimentar e nutricional, trabalho e renda, para que possamos vencer este momento desafiador. Portanto, cada cidadão, cada cidadã, pode contribuir para que essas prioridades sociais se concretizem efetivamente.



Por que a participação comunitária é um dos principais fatores de êxito da Pastoral da Criança?

A base da ação e missão da Pastoral da Criança é a comunidade, e sempre incentivamos o seu protagonismo no processo de mudança da realidade local e isso precisa ser sempre reforçado, para que as famílias tenham e gozem de uma vida digna e conseqüentemente as crianças. Por isso, mobilizamos as pessoas na comunidade que, a partir do seu local de moradia, das suas condições de vida, se organizem na busca de melhores condições de saúde, educação, saneamento básico, e muitas outras políticas a que têm direito. Isso acontece quando a comunidade está organizada e participa das decisões.

De que maneira a Pastoral da Criança incentiva a participação das pessoas nesses espaços de controle social?

Primeiro, conhecendo a realidade das crianças e das famílias, e sabendo das suas necessidades, a Pastoral da Criança procura participar dos espaços de controle social, como, por exemplo, os conselhos locais de saúde, comitês de mortalidade materno infantil e outros conselhos de políticas públicas, buscando

sempre atender o seu objetivo, que visa promover o desenvolvimento integral de crianças de zero a 6 anos.

O que faz um articulador de saúde da Pastoral da Criança?

É uma pessoa que atua na comunidade como ponte entre os Conselhos de Políticas Públicas e a comunidade. Ele pode descobrir com a comunidade quais propostas podem trazer o melhor benefício para todos. Ele age, portanto, a partir das necessidades sentidas da comunidade.

Ele tem a missão de estudar as causas da mortalidade infantil e qual o número de mortes para serem estudadas. Ele tem a oportunidade de contribuir com a defesa do direito à saúde das crianças e suas famílias para evitar doenças e mortes. Muitas doenças podem ser prevenidas se tiver um serviço de saúde de qualidade, mas nem sempre acontece. Sabemos que a baixa qualidade do serviço de saúde, como, por exemplo, dificuldades na oferta de exames, não realização da medida da curva uterina, falta de vacinas, medicamentos e suplementos de ferro e ácido fólico, entre outros problemas, precisam de ações para resolver e prevenir estas situações. E essa é a missão do articulador, buscar resolver essas questões da baixa qualidade do serviço de saúde.

Qual a importância da transparência e do interesse público no controle social?

A transparência deve ser um princípio a ser seguido de tudo que é de interesse público. Faz-se necessário, através da visibilidade das ações realizadas, mostrar a realidade do município e os diferentes atores, acompanhar o que está previsto, realizado e se foi prestado contas à população.

Como o Aplicativo Visita Domiciliar da Pastoral da Criança pode incentivar a participação comunitária e ajudar no Controle Social?

A visita domiciliar é a principal atividade da Pastoral da Criança e a ação mais importante do líder comunitário que, neste período, ocorre de modo virtual. O aplicativo possibilita que além das visitas às famílias, líderes, coordenadores ou pessoas de apoio à missão da Pastoral, façam capacitação e se atualizem com a formação contínua que é proposta. É uma ferramenta que ajuda os líderes e possibilita também o envio das informações acerca das demandas de políticas públicas na comunidade e sua atuação no controle social.

(MENSAGEM)

Irmã Veneranda da Silva Alencar, Coordenadora Nacional da Pastoral da Criança.

Como a Pastoral da Criança participa no Controle Social e nas Políticas Públicas?

A Pastoral da Criança estimula e incentiva a comunidade na participação no controle social. Para isso, prepara suas lideranças para participarem nos diversos conselhos do município, como o Conselho Municipal de Saúde, de Assistência Social, dos Direitos da Mulher, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e outros. A fim de fornecer rápidas informações aos articuladores do Controle Social e aos conselheiros na formulação de políticas públicas, a Pastoral da Criança disponibiliza o Aplicativo Visita Domiciliar.

Para que todas as pessoas possam ter acesso às condições de uma vida justa e digna, a Pastoral da Criança procura também somar esforços nessa articulação com outras organizações comunitárias, especialmente na promoção da saúde e na proteção dos direitos da criança e da gestante.

(TESTEMUNHO) Ana Paula de Moraes, da Equipe Diocesana da Pastoral da Criança de Caçapava, São Paulo.

Qual é a importância da participação comunitária e no controle social para a melhoria da qualidade de vida das famílias, gestantes e crianças?

A nossa participação ativa nas esferas federal, estadual e municipal faz com que nos engajemos em conselhos, vida política, discussões e até tomadas de decisões para que direitos e deveres sejam respeitados e políticas públicas voltadas à população mais carente de informação sejam cumpridas com transparência, com saúde de qualidade, uma gestão participativa e mais dignidade.